

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO

A Câmara Municipal de Rio Novo, em conformidade com Art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a compra de equipamentos de informática para atendimento da demanda de implantação do sistema eletrônico de informatização do processo legislativo da Câmara Municipal de Rio Novo-MG, com descrição em anexo, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços e Documentos de Habilitação no prazo descrito abaixo, a contar desta Publicação, conforme disposto no edital e seus anexos.

Data da publicação: 27 de maio de 2025 às 14:00h (horário de Brasília).

Limite para apresentação da Proposta de Preços e Documentos de Habilitação: 02 de junho de 2025 às 14:00h (horário de Brasília).

Em caso de empate das propostas, será designada sessão presencial que será dia 02 de junho de 2025 às 14:30h (horário de Brasília).

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

A proposta de preços e documentos de habilitação deverão ser entregues PREFERENCIALMENTE através do e-mail processolegislativo@camararionovo.mg.gov.br ou na secretaria da Câmara Municipal de Rio Novo, sito na com sede na Rua Dr. Basílio Furtado, nº 48, Bairro: Centro, na cidade Rio Novo, Minas Gerais, CEP: 36.150-000, no horário de 14:00 às 18:00hs.

Informações poderão ser prestadas na sede da câmara, via telefone (32) 3274-2212 e via e-mail supracitado.

Rio Novo, 21 de maio de 2025.

1- DO OBJETO:

1.1- Constitui objeto desta dispensa de licitação a compra de equipamentos de informática para atendimento da demanda de implantação do sistema eletrônico de informatização do processo legislativo da Câmara Municipal de Rio Novo-MG.

1.2- Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;

2- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal, para o exercício atual, na classificação abaixo:

4.4.90.52.00.1.01.00.01.031.0001.1.0001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO

3- DO VALOR ESTIMADO:

Conforme cotação já realizada, o valor médio mensal estimado para a aquisição dos produtos é:

Conforme cotação já realizada, o valor médio dos produtos a serem adquiridos é de

Tablets 11": R\$ 1.517,81 (mil quinhentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), por unidade

Televisor 70": R\$ 6.216,52 (seis mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos), por unidade

Suporte Articulado: R\$ 308,25 (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos), por unidade

O valor global estimado para as compras será de R\$ 21.702,87 (vinte e um mil setecentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

Prazo de entrega dos produtos: 20 (vinte) dias corridos.

4- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1- O prazo de entrega dos produtos: 20 (vinte) dias corridos a contar da emissão da ordem de entrega do objeto.

Poderão participar desta Dispensa de Licitação, pessoas física ou jurídica, regularmente estabelecidas no país que atenda às condições exigidas neste aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

4.2- Não Poderão Participar desta Dispensa De Licitação os interessados:

a) Proibidos de participar de licitações celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) Que Não Atendam Às Condições Deste edital;

- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que Enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº14.133/21.

5- DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1- A Presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ficará ABERTA POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no site, para envio das propostas de preços e documentação de habilitação, a serem encaminhados preferencialmente para o e-mail processo legislativo@camararionovo.mg.gov.br ou através do protocolo na Secretaria da Câmara Municipal de Rio Novo-MG, em envelope lacrado que deverá constar a identificação do participante e o processo de licitação a que se destina, e deverá conter a proposta de preços de acordo com o Anexo 3 do edital, em conjunto do contrato social da empresa, fazendo referência a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025.

O limite para apresentação de proposta de preços: 03 dias úteis conforme publicação de aviso de dispensa, proposta de preços via e-mail processo legislativo@camararionovo.mg.gov.br, às **14:00h (horário de Brasília)**

5.1.1- Será entregue ao participante que solicitar, uma certidão de entrega do envelope, contendo a licitação, a empresa, e a data da entrega da proposta.

5.2- As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.3- Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

5.4- Encerrada a fase de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.5- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6- DA HABILITAÇÃO:

6.1- Será solicitado ao fornecedor com condições mais vantajosas à administração pública, a apresentação dos documentos de habilitação.

6.1.1- Após a solicitação de envio, o fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a devida entrega dos documentos, podendo este prazo ser acrescido por igual mediante autorização da comissão de licitação.

-Cópia da Cédula de Identidade (RG);

-Regularidade para com a Fazenda Federal

- Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

-Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual; - Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.1.2- No caso da não entrega da documentação no prazo estipulado por este edital, ocorrerá a desclassificação do licitante, e a continuidade do processo licitatório será avaliada pela comissão.

6.2- Como documentos de habilitação, o fornecedor que apresentou a melhor proposta do certame, deverá enviar as seguintes documentações:

6.2.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação do fornecedor mais bem classificado da fase de lances serão exigidas, exclusivamente, nas condições de que dispõe a Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa STDA nº 04, de 27 de Março de 2023.

6.2.1.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do agente solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

6.2.1.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta e legislação pertinente.

6.2.1.3. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o fornecedor será desclassificado e a continuidade do processo licitatório será avaliada pela comissão; Neste sentido, poderá a comissão analisar a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.2.1.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.2.1.5. O proponente deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

6.2.1.6. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

6.2.1.7. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).

6.3. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentados na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou **de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos**, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

6.4. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

- a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- b) Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for solicitado o envio da documentação.
- c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.5. Não será aceita a substituição de documentos de habilitação por protocolo de requerimento de certidão.

6.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inabilitação.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.9. A contratada deverá manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.

6.10. Além das certidões exigidas, o fornecedor ainda deverá apresentar declarações com as seguintes informações:

I- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

II- que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

III- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

IV- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

V- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7- DO PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

No caso do procedimento estar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I -republicar o procedimento;

II -fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III - valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

8- DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9- DO PAGAMENTO:

9.1- O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do objeto e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2- O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3- A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade

por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei nº. 14.133/2021.

9.4- A documentação de cobrança não aceita pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para que adote as devidas medidas corretivas, com as informações que motivaram sua rejeição.

9.5- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente (decorrente de penalidade imposta ou inadimplência) o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.6- Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE. A devolução da documentação de cobrança não aprovada pelo CONTRATANTE não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda a execução do objeto contratado ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados envolvidos na execução contratual.

10- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1- Poderá a Câmara revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.2- A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

10.3- A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei nº 14.133/21.

10.4- Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Rio Novo, 21 de maio de 2025.

ANEXO I

PROCESSO Nº. 008/2025

DISPENSA Nº. 008/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- Introdução

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal deste estudo é detalhar a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2- Identificação do Objeto

2.1. Compra de equipamentos de informática para atendimento da demanda de implantação do sistema eletrônico de informatização do processo legislativo da Câmara Municipal de Rio Novo-MG.

2.2. A descrição detalhada dos produtos a serem adquiridos, encontra-se em tópico específico deste Estudo Técnico Preliminar.

3- Descrição do Objeto

3.1 Aquisição de uma televisão de 70" para transmissão do processo legislativo, suporte articulado para televisor de 70" , bem como de DEZ unidades de tablets de 11" para que proporcione aos Vereadores e Funcionários o acompanhamento do processo legislativo para atendimento da demanda de implantação do sistema eletrônico de informatização do processo legislativo da Câmara Municipal de Rio Novo-MG.

4- Justificativa da Contratação

Com o avanço da tecnologia e a necessidade de modernização dos processos legislativos, a Câmara Municipal de Rio Novo-MG busca implementar um sistema eletrônico de informatização do processo legislativo. Para viabilizar essa transformação digital, é essencial a aquisição de tablets e uma TV, garantindo maior eficiência, transparência e acessibilidade nas atividades legislativas

5- Conclusão

Assim, diante da necessidade de contratação da prestação de serviço, proceda-se a formalização de Termo de Referência.

Marcela Regina Nazaré Pereira

Agente de Contratação

Alessandra Tavares Solla

Equipe de Apoio

ANEXO II

PROCESSO Nº. 008/2025

DISPENSA Nº. 008/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1- Identificação do Objeto



32 3274.1132
32 3274.2212



camararionovo@gmail.com
www.camararionovo.mg.gov.br



Praça Prefeito Ronaldo Dutra Borges 01
Rio Novo • Minas Gerais • 36150-000



CNPJ 20.434.080/0001-09

compra de equipamentos de informática para atendimento da demanda de implantação do sistema eletrônico de informatização do processo legislativo da Câmara Municipal de Rio Novo-MG.

2- Descrição do Objeto

A plataforma de processo legislativo deverá ser acessada através de um sistema online de processo legislativo digital, a partir de cadastro dos usuários e acesso por permissões de uso.

Para isso, se faz necessária a compra de uma televisão de 70" para transmissão do processo legislativo, suporte articulado para televisor de 70" , bem como de DEZ unidades de tablets de 11" para que proporcione aos Vereadores e Funcionários o acompanhamento do processo legislativo.

3- Justificativa da Contratação

A aquisição dos tablets permitirá:

- **Mobilidade e agilidade:** Os vereadores e servidores terão acesso instantâneo aos documentos legislativos, facilitando consultas e deliberações durante as sessões.
- **Sustentabilidade:** Redução do uso de papel, contribuindo para uma gestão mais ecológica e econômica.
- **Integração e conectividade:** Os dispositivos permitirão o acesso remoto ao sistema eletrônico, agilizando processos e garantindo maior interação entre os membros da Câmara.
- **Melhoria na produtividade:** A digitalização dos documentos legislativos proporcionará maior organização e eficiência no fluxo de trabalho.

A aquisição da TV visa:

- **Transparência e participação popular:** Exibição de informações relevantes sobre projetos, votações e demais atividades legislativas para os presentes nas sessões.
- **Facilidade na comunicação interna:** Apresentação de pautas, gráficos e outros materiais que auxiliem na análise e discussão dos temas legislativos.
- **Apoio às reuniões e audiências públicas:** Melhor visualização de

conteúdos digitais e apresentações, tornando as reuniões mais dinâmicas e interativas.

Dessa forma, a aquisição dos tablets e da TV se mostra fundamental para a modernização da Câmara Municipal de Rio Novo-MG, promovendo mais eficiência, transparência e acessibilidade na condução das atividades legislativas.

4- Do serviço e da quantidade

Prazo de entrega dos produtos: 20 (vinte) dias corridos.

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1.	TABLET 11" Tela: 11" TFT LCD, resolução WUXGA (1920 x 1200), taxa de atualização de 90 Hz Processador: Qualcomm Snapdragon 695 (Octa-Core: 4x 2.2 GHz + 4x 1.8 GHz) Memória RAM: 4 GB Armazenamento Interno: 64 GB (expansível via microSD até 1 TB) Sistema Operacional: Android 14 com interface One UI 5.1 Câmeras: Traseira: 8 MP com foco automático Frontal: 5 MP Bateria: 7.040 mAh com suporte a carregamento rápido de 15W Conectividade: Wi-Fi 5 (802.11 a/b/g/n/ac) Bluetooth 5.1 USB Tipo-C 2.0 Conector para fones de ouvido 3.5mm		10	R\$ 1.517,81 (mil quinhentos e dezessete reais e oitenta e um centavos),	R\$ 15.178,10 (quinze mil cento e setenta e oito reais e dez centavos)	

	Sensores: Acelerômetro, Giroscópio, Sensor Geomagnético, Sensor Hall, Sensor de Luz RGB Segurança: Reconhecimento facial Dimensões: 257,1 x 168,7 x 6,9 mm Peso: 480 g Cor Disponível: Grafite Entrega: Rua Dr. Basílio Furtado, 48, centro, Rio Novo-MG				
2	Aparelho Televisor 70" Smart TV, 1 Controle Remoto, Manual do usuário e Cabo de força; Polegadas 70" Resolução 4K UHD (3840x2160) Painel da Tela VA Tipo de Display LED Tipo Smart. Gaming Hub. Visual livre de cabos. Som em Movimento Virtual. AI Energy Mode. Micro Dimming: Esmacimento UHD. Contrast Enhancer. Tecnologia Motion: Motion Xcelerator. Modo Filmmaker. Experiência Multi Dispositivo: Mobile to TV, Sound Mirroring, Wireless TV On. NFT. Apple AirPlay. Daily+ Taxa de Atualização da Tela 60Hz		1	": R\$ 6.216,52 (seis mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)	": R\$ 6.216,52 (seis mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos)

Sistema Operacional					
Tizen					
Conectividade					
Wi-Fi					
Conexões					
HDMI: 3, Ethernet LAN, Antena					
Processador					
Crystal 4K					
Controle Remoto					
Modelo TM2360E SolarCell (Zero pilhas)					
Modo Game					
Gaming Hub					
Assistente Virtual					
Alexa					
Recursos Exclusivos da Marca					
Bixby. Samsung TV Plus.					
Navegador (Web Browser)					
Resolução da Tela					
3840x2160					
Formato da Tela					
16:09					
Recursos de Imagem					
HDR (High Dynamic Range):					
HDR					
Recursos de Áudio					

Som em Movimento Virtual Recursos para Games Auto Game Mode ALLM, VRR, HGiG, Gaming Hub Contraste Mega Contraste Funções Ajuste para deficientes visuais: Menu de zoom e texto, alto contraste, SeeColors, inversão de cores, escala de cinza, imagem desativada. Ajuste para deficientes auditivos: Legenda oculta, áudio de saída múltipla, zoom em linguagem de sinais. Ajuste para pessoas com deficiência motora: Repetição lenta do botão, aplicativo de controle remoto. Guia de Voz: Inglês americano, Espanhol (México), Português do Brasil Potência dos Alto-falantes 20W RMS Ambiente Interno Itens Inclusos 1 Controle remoto: TM2360E, Compatibilidade com 'Slim Wall Mount', Compatibilidade com 'Full Motion Slim Wall Mount					
---	--	--	--	--	--

(Y22)', Compatibilidade com 'Camera SlimFit', Modulo Zigbee: Dongle Support, Manual do usuário, Cabo de força Voltagem Bivolt Consumo Aproximado de Energia 175W (Máximo) Aviso Importante A exposição ao ruído na potência acima de 85 decibéis pode causar danos ao sistema auditivo Cor da Base Preto Cor da Borda Preto Padrão de Furação VESA 400x400mm (Não incluso) Ano de Lançamento 2024 Certificado Homologado pela Anatel Número 22879-23-02217 Certificado Homologado pelo Inmetro Número Isento Peso do Produto					
--	--	--	--	--	--

	22,8kg Peso do Produto com Embalagem 31,7kg Dimensões do Produto Com suporte: Largura 156,06cm Altura 94,67cm Profundidade 32,5cm Dimensões do Produto com Embalagem Largura 175,2cm Altura 103,8cm Profundidade 18,6cm Entrega: Rua Dr. Basílio Furtado, 48, centro, Rio Novo-MG				
3	Suporte Articulado para televisor de 70", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos. Entrega: Rua Dr. Basílio Furtado, 48, centro, Rio Novo-MG		1	R\$ 308,25 (trezentos e oito reais e cinco centavos)	
TOTAL		VALOR GLOBAL R\$			

Conforme cotação já realizada, o valor médio dos produtos a serem adquiridos é de

Tablets 11": R\$ **1.517,81** (mil quinhentos e dezessete reais e oitenta e um centavos), por unidade

Televisor 70": R\$ **6.216,52** (seis mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos), por unidade

Suporte Articulado: R\$ **308,25** (trezentos e oito reais e vinte e cinco centavos), por unidade

O valor global estimado para as compras será de R\$ **21.702,87** (vinte e um mil setecentos e dois reais e oitenta e sete centavos)

Prazo de entrega dos produtos: 20 (vinte) dias corridos.

5- Das sanções

Comete infração Administrativa ao Licitante, adjudicatário contratado que, como dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº14.133, de 2021, quais sejam:

- a. Dar Causa à Inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;
- e. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar Declaração ou documentação falsa exigida para o certame prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo cometer fraude qualquer natureza;
- k. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l. Praticar Atos Ilícitos Com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m. Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de agosto de agosto de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência no caso da falta prevista no subitem “a” do item 11.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o prazo de entrega do produto, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida;

O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “h” a “L” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” a “g” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas “b” a “g” do subitem 12.1 deste edital de dispensa de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas “h” a “L”, do subitem 12.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art.156 da Lei 14.133/2021.

Na Aplicação Das sanções serão considerados:

- a) A natureza e gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As Circunstâncias Agravantes Ou Atenuantes
- d) Os danos Que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas neste edital de dispensa de licitação é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de

prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização–PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, ao adjudicatário ou ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos intimar licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá Recurso No Prazo de 15(quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Marcela Regina Nazaré Pereira
Agente de Contratação

Alessandra Tavares Solla
Equipe de Apoio

ANEXOIII

PROCESSO Nº. 008/2025

DISPENSA Nº. 008/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

NOME:

EMAIL DO RESPONSÁVEL:

OBJETO:

.....

.....

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

02					
----	--	--	--	--	--

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____(____).

PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 90 DIAS

As despesas inerentes ao transporte, frete, descarga, impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada.

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, _____de _____de 2025.

Assinatura do Responsável

CPF:

ANEXO IV
PROCESSO Nº. 008/2025
DISPENSA Nº. 008/2025

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO
CONHECIMENTO**

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº
.....,
sediada na, cidade de,
estado, telefone(s)
....., e-mail para contato
....., neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de
Identidade nºe do CPF nº....., declara, sob as
penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital da Dispensa de Licitação nº 04/2024 assim
como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências
constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

ANEXO V

PROCESSO Nº. 008/2025

DISPENSA Nº. 008/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVO A PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

A empresa, inscrita no CNJ sob nº..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)..... portador da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art.7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)